



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**28/02/2015**



# ÍNDICE

---

1. CNJ	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2. COMARCAS	
2.1. JORNAL O DEBATE.....	2
2.2. JORNAL PEQUENO.....	3 - 4
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL O DEBATE.....	5
3.2. JORNAL PEQUENO.....	6 - 8
4. ESMAM	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	9
4.2. JORNAL O DEBATE.....	10
4.3. JORNAL PEQUENO.....	11
5. JUÍZES	
5.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	12
6. PLANTÃO NO TJMA	
6.1. JORNAL O DEBATE.....	13
7. VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
7.1. JORNAL PEQUENO.....	14

## Fim de papo

A correição do CNJ terminou; e antes do trabalho do Conselho no Tribunal de Justiça, encerraram-se as especulações.

A equipe do CNJ que estava no Maranhão nem voltou ao tribunal ontem. O trabalho *in loco* terminou efetivamente na última quinta-feira, 26.

O pior é que todo o alarde feito pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário acabou não tendo grandes repercussões na presença de representantes do conselho no estado.

## **ESMAM prepara novos 'magistrados'**

Tem início nesta segunda-feira, 2, às 9h, o curso de formação inicial para ingresso à magistratura. O curso, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), se destina aos aprovados no último concurso para o cargo de juiz substituto de entrância inicial do TJ-MA.

## **Consequências**

O Fórum de Paço do Lumiar, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, terá suas atividades suspensas no período de 02 a 04 de março. A informação consta na Portaria 02/2015 da Diretoria do Fórum, em virtude de reforma da sede original do prédio. O documento determina suspensão dos prazos, que voltam a correr no primeiro dia subsequente ao término da paralisação. No documento está destacado que todo esse aparato será realocado em novos espaços, que ficaram prontos após a obra de ampliação do fórum. Esse prazo também é necessário para a mudança do link de internet e poderá ser prorrogado, caso haja necessidade.

# CORTESIA

## Decano do TJ recebe visita do comandante-geral da PMMA



O desembargador Bayma Araújo recebeu os militares em seu gabinete

O desembargador Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), recebeu, nesta sexta-feira (27), em seu gabinete, no Palácio Clóvis Beviláqua, a visita de cortesia do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), coronel Marco Antônio Alves da Silva.

Na presença do desembargador José Bernardo Rodrigues, o comandante ressaltou o papel do Judiciário na defesa dos direitos dos cidadãos e na pacificação social, enfatizando que a Polícia Militar tem como objetivo ser parceira das orga-

nizações públicas na construção da cidadania.

Durante a visita, o decano da Corte estadual de Justiça destacou a importância da corporação, bem como necessidade de uma imagem positiva diante da sociedade. Na ocasião, também foi destacada a participação de policiais que fizeram parte e contribuíram com a história do TJMA.

Os desembargadores Bayma Araújo e José Bernardo Rodrigues sinalizaram uma visita à sede do comando como forma de retribuir a cortesia do coronel.

## **Treinamento de juízes**

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) abre nesta segunda-feira (2/3), às 9h, o curso de formação inicial para ingresso na magistratura, destinado a 104 candidatos aprovados no último concurso para o cargo de juiz substituto de entrância inicial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Ao longo da formação, que segue as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), os candidatos irão aperfeiçoar conhecimentos teóricos e práticos para o exercício da atividade judicante, em comarcas do Estado. O curso tem duração de quatro meses.

## Plantão TJMA

O desembargador Vicente de Paula responde pelo plantão de 2º grau até este domingo (1º de março), conforme portaria 1012/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.



# Paz em casa

**THERESA KARINA DE FIGUEIREDO**  
JUÍZA DO SEGUNDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE VIOLENCIA DOMÉSTICA DA MULHER DO PARANÁ

Os juízes que se deparam com o tema dos conflitos familiares e da violência doméstica assistem a situações de violência extrema, marcadas pelo abuso das relações de afeto e parentesco, pela deslealdade nas relações íntimas de afeto e confiança. A violência doméstica exclui e segregá os integrantes da família, pois as vítimas são muitas vezes consideradas responsáveis pelas agressões que sofrem. É a mulher agredida quem "gosta de apanhar", é a criança espancada quem "provoca" os pais. Obviamente os membros da família ficam apavorados diante da possibilidade da agressão e da exclusão e temem pela própria vida quando dependem da família para sobreviver emocional ou materialmente. Assim, todos são atingidos pela agressão a um deles dirigida.

Importa destacar que a violência intrafamiliar pode se dar tanto de forma omissiva, pela ausência de cuidados necessários ao desenvolvimento do indivíduo, alimentação regular, abrigo, quanto comissiva, pela prática de atos que violam a liberdade e a integridade física e psíquica da vítima, agressões físicas ou verbais. Esses atos são capazes de gerar sentimento de insegurança por parte dos membros da família.

No âmbito doméstico, as agressões decorrem da vontade de dominar e subjugar o mais fraco, da luta por poder dentro de casa. A maior parte dos ataques tem motivos banais como o espancamento de mulheres que se recusam a preparar o almoço ou a esquentar a comida dos companheiros, ou, no caso das crianças, o choro excessivo.

O processo judicial restaura a verdade dos fatos. Nele, o agressor é sentado no banco dos réus e assim é tratado. A vítima tem o direito de expor a dor, o sofrimento e exigir a reparação devida. Muitas vezes não se persegue o encarceramento do agressor,

mas apenas a responsabilização pelos atos, de natureza cível ou criminal.

O juiz observa as partes com os olhos da lei, da equidade, da Justiça. A Justiça analisa tais casos dia após dia, noite após noite, e os diversos agentes envolvidos no amparo e proteção às vítimas desenvolvem sensibilidade especial para o tema. E, movidos pela empatia com os mais fracos nas relações sociais e familiares, buscam ajudar a restabelecer a linguagem de respeito entre os membros da comunidade familiar, propiciando o resgate dos sentimentos que a mantêm coesa e saudável.

O Poder Judiciário dedica a segunda semana de março deste ano ao tema Justiça pela Paz em Casa com o objetivo de incentivar ações de amparo à família e de prevenção de crimes no âmbito doméstico. Para tanto, serão promovidos debates, seminários e ações contra a desigualdade de gênero em todos os Tribunais de Justiça do país. A campanha pretende mobilizar a Justiça com o julgamento em mutirão de número expressivo de casos de violência contra mulheres, resposta do Estado aos índices ainda alarmantes de agressões no âmbito familiar.

Nesta semana dedicada à paz em casa, importa destacar que paz é palavra de sentidos múltiplos. O termo hebraico shalon deriva de radical que pode se referir ao estar intacto, completo, inteiro, ou ao ato de restaurar, apaziguar uma situação de conflito. Nesse sentido, a coerção do Estado Juiz precisa ser exercida na medida exata, para que as posições de cada membro da família sejam restauradas, para que haja condições de restabelecimento do núcleo familiar.

A tarefa tem sido confiada não só aos juízes que atuam em solução de conflitos de família e de violência doméstica, mas também aos advogados, promotores de justiça, psicólogos e assistentes sociais que trabalham em conjunto. A tarefa é das mais árduas, pois, ao longo da trajetória das famílias, muito foi perdido. É preciso resgatar as origens dos vínculos, lembrar aos envolvidos do amor que houve um dia e da fé que os motivou a constituir a família.

- O Fórum de Paço do Lumiar, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, terá suas atividades suspensas no período de 02 a 04 de março. A informação consta na Portaria 02/2015 da Diretoria do Fórum, em virtude de reforma da sede original do prédio. O documento determina suspensão dos prazos, que voltam a correr no primeiro dia subsequente ao término da paralisação.

## **Fórum do Paço suspende atividades**

O Fórum de Paço do Lumiari, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, terá suas atividades suspensas no período de 2 a 4 de março. A informação consta na Portaria 02/2015 da Diretoria do Fórum, em virtude de reforma da sede original do prédio. O documento determina suspensão dos prazos, que voltam a

correr no primeiro dia subsequente ao término da paralisação. No documento está destacado que todo esse aparato será realocado em novos espaços, que ficaram prontos após a obra de ampliação do fórum. Esse prazo também é necessário para a mudança do link de internet e poderá ser prorrogado, caso haja necessidade.

# Decano do Tribunal de Justiça recebe visita do comandante geral da PMMA



Desembagadores Bayma e Zé Bernardo com o alto comando da Polícia Militar

O desembargador Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), recebeu, ontem, a visita de cortesia do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Marco Antônio Alves da Silva. O decano da Corte estadual destacou a importância da corporação, bem como a necessidade de uma imagem positiva diante da sociedade.

**PÁGINA 2 [C1]**

## Decano do Tribunal de Justiça recebe visita do comandante-geral da PMMA

O desembargador Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), recebeu, nessa sexta-feira (27), em seu gabinete, no Palácio Clóvis Beviláqua, a visita de cortesia do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), coronel Marco Antônio Alves da Silva.

Na presença do desembargador José Bernardo Rodrigues, o comandante ressaltou o papel do Judiciário na defesa dos direitos dos cidadãos e na pacificação social, enfatizando que a Polícia Militar tem como objetivo ser parceira das organizações públicas na construção da cidadania.

Durante a visita, o decano da Corte estadual de Justiça destacou a importância da corporação, bem

como necessidade de uma imagem positiva diante da sociedade. Na ocasião, também foi destacada a participação de policiais que fizeram parte e contribuíram com a história do TJMA.

Os desembargadores Bayma Araújo e José Bernardo Rodrigues sinalizaram uma visita à sede do comando como forma de retribuir a cortesia do coronel.

“Sabemos da importância do trabalho da Polícia Militar que deve ser cada vez mais dignificado e respeitado”, disse o decano do TJMA.

Participaram do encontro, ainda, os coronéis Jeferson Teles (chefe do Gabinete Militar do TJ-MA), Ismael Fonseca (comandante do Grupo Tático Aéreo), Rosivaldo Costa Ribeiro e Edison Gomes.

\*\*\*O desembargador Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), recebeu, nesta sexta-feira (27), em seu gabinete, no Palácio Clóvis Beviláqua, a visita de cortesia do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), coronel Marco Antônio Alves da Silva. Na presença do desembargador José Bernardo Rodrigues, o comandante ressaltou o papel do Judiciário na defesa dos direitos dos cidadãos e na pacificação social, enfatizando que a Polícia Militar tem como objetivo ser parceira das organizações públicas na construção da cidadania.

## **Formação de magistrados**

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmaam) inicia na segunda-feira (2), às 9h, o curso de formação inicial para ingresso na magistratura, destinado a 104 candidatos aprovados no último concurso para o cargo de juiz substituto de entrância inicial, promovido pelo Tribunal de

Justiça do Maranhão (TJMA). O curso – regulamentado pela Resolução nº 51 de 2010, do Tribunal de Justiça do Maranhão, e pela Resolução nº 3 de 2013 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) – tem duração de quatro meses.

# *Estado passa a integrar Comissão de Regularização Fundiária*

O Governo do Maranhão passa a integrar a Comissão de Regularização Fundiária, para ampliar o número de áreas legalizadas na Grande Ilha e promover justiça social. A decisão foi apresentada pelo governador Flávio Dino na tarde desta sexta-feira (27), durante reunião com a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luiza Nepomucena; com representantes da Superintendência de Patrimônio da União e da Prefeitura de São Luís, além de membros do governo.

“Desenvolvimento e justiça social são as nossas bandeiras. Vamos definir as áreas prioritárias de regularização e garantir a compatibilização de todos os interesses em um projeto de desenvolvimento e justiça social, que é o que nosso governo propõe”, afirmou o governador ao explicar que o Estado passa a fazer parte da Comissão de

Regularização Fundiária da Grande Ilha.

Formada pela Corregedoria Geral de Justiça, 1ª Vara de Fazenda Pública, Prefeitura de São Luís, Serviço de Patrimônio da União (SPU), 8º Cartório de Notas do Itaqui-Bacanga e os dois Cartórios de Registros de Imóveis de São Luís, a Comissão de Regularização Fundiária passa a contar também com o Governo do Maranhão.

Durante a reunião com representantes de todos os órgãos da comissão foi deliberada a necessidade de promover amplo diagnóstico das áreas que precisam de legalização na Grande Ilha. Para assegurar maior celeridade a este processo, o governador Flávio Dino determinou que a secretaria de Cidades, o Iterma e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) passem a fazer parte do grupo.